

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS E IRREGULARES NO ÂMBITO DA EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A (PETROBRAS), ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2015, RELACIONADOS A SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO DE REFINARIAS NO BRASIL; À CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO PELA PETROBRAS COM O FIM DE PRATICAR ATOS ILÍCITOS; AO SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO E AFRETAMENTO DE NAVIOS DE TRANSPORTE, NAVIOS-PLATAFORMA E NAVIOS-SONDA; A IRREGULARIDADES NA OPERAÇÃO DA COMPANHIA SETE BRASIL E NA VENDA DE ATIVOS DA PETROBRAS NA ÁFRICA – CIPETRO

REQUERIMIENTO N° , DE 2015

Requer a convocação do
Excelentíssimo Senhor Procurador Geral da
República RODRIGO JANOT MONTEIRO DE
BARROS

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1.579/52 e art. 36, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero que seja submetido ao Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) o pedido ora fomulado de **CONVOCAÇÃO** do Sr. Procurador Geral da República **RODRIGO JANOT**, com o expresso intuito de que ele venha a esta Comissão explicar os critérios, que esperamos sejam objetivos e baseados na Lei, para deixar de abrir ou abrir inquéritos derivados da Operação Lava-Jato.

JUSTIFICAÇÃO

Caros membros da CPI da Petrobrás,

O ministério Público Federal - MPF representa, ao lado do Supremo Tribunal Federal, o mais alto bastião e salvaguarda da Legalidade e da Justiça dentro do Ordenamento Jurídico Brasileiro. O órgão, por seu *status* elevado, deve zelar pela isenção, transparência e lisura no atuar.

É preciso prestar atenção na isenção da opinião dos Servidores da Secretaria de Comunicação Social do MPF que subcrevem carta dirigida ao Procurador Geral da República, datada de 06 de março de 2015, com denúncias diversas, incluindo vazamentos da Operação Lava Jato.

Na carta, os servidores acusam que descontrole sobre as informações decorrentes da Operação Lava Jato redundaram em vazamentos que colocam em dúvida a legitimidade da atuação institucional do MPF.

Os servidores, ainda jogam luzes sobre ação supostamente de legalidade duvidosa na nomeação, interessada, do Secretário de Comunicação Social do Ministério Público Federal, **Raul Pilati Rodrigues** (Portaria 95/2015, anexada), que por estranha coincidência é sócio, Diretor-Gerente de empresa contratada pelo MPF para realizar serviços de Governança de Comunicação Interna, em valores superiores a **meio milhão de reais**, COM INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Referimo-nos as empresas Oficina da Palavra LTDA (CNPJ 03.930.917/0001-83) e In Press Comunicação (CNPJ 01.097.636/0001-36), empresas coligadas e dirigidas por Raul Pilati, em última instância o responsável pela comunicação do MPF e por consequência dos vazamentos.

Diante do exposto, solicito aos nobres Pares o apoio necessário para aprovação deste Requerimento que tem o escopo de aprovar a convocação do Senhor Procurador da República, na condição de titular do Ministério Público Federal, **Rodrigo Janot Monteiro de Barros**, para que ele venha, perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, explicar, nos critérios das informações públicas, sobre as investigações da Lava Jato e seus envolvidos. As suas explicações podem ter tido influência nas investigações, além do vazamento atribuído ao encontro com Ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, em Buenos Aires, onde tiveram encontro, segundo matéria da Folha de São Paulo, sendo que elementos da investigação podem ter chegado nas mãos de interessados.

Em anexo a citada carta, a portaria de nomeação do senhor Raul Pilati Rodrigues, contratos e situação cadastral das empresas citadas.

Sala das Sessões, em de de 2015